

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A COLONIZAÇÃO DOS HORIZONTES: PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO NA MODERNIDADE

SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND THE COLONIZATION OF HORIZONS: PROGRESS AND DEVELOPMENT IN MODERNITY

Aleandro Gonçalves LEITE*

Resumo: O presente artigo analisa a estrutura constitutiva do conhecimento científico, sua formação histórica e suas bases epistemológicas como mecanismos de dominação ocidental. Essa análise se baseia na premissa de que as ciências modernas, revestidas do discurso de neutralidade, possuem em sua estrutura epistemológica elementos que agiram durante o pós-medieval a pleno serviço do capital emergente e das suas reconfigurações horizontais. Para a exploração dessa premissa, se tomou como plano de fundo o desenvolvimento e o progresso como dispositivos ideológicos que instrumentalizaram os principais teóricos da modernidade, período concomitante ao processo de expansão e homogeneização do euro-centrismo no horizonte pós colonial.

Palavras-chave: Modernidade, ciência, euro-centrismo.

Abstract: This article examines the constitutive structure of scientific knowledge, their historical formation, and its epistemological bases as mechanisms of Western domination. This analysis is based on the premise that modern sciences, covered by the neutrality discourse, have in their epistemological structure elements that acted during the post-medieval period, by servicing completely the emerging capital and its horizontal reconfigurations. In order to explore this premise, development, and progress as ideological devices were instrumental to the main theorists of modernity, period concomitant with the process of expansion and homogenization of euro-centrism in the post-colonial horizon.

Keywords: Modernity, science, eurocentrism.

Introdução

A estrutura constitutiva do conhecimento científico¹, tal como este se desenvolveu ao longo da modernidade, possui elementos formativos que podem parecer não estar diretamente relacionados com o processo de dominação ocidental socioeconômica sobre o globo. O mito da isenção científica de qualquer pretensão política deu ao termo *ciência* um distanciamento significativo de algum tipo de compromisso sócio-político, do qual se pudesse cobrar a responsabilidade por um dano qualquer que tivesse origem em sua estrutura. Essa brevíssima reflexão, todavia, não pretende de forma alguma o estabelecimento de critérios que justifiquem

* Mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: aleandrokeane@gmail.com.

essa cobrança, sendo, por sua vez, apenas resultado de uma busca fenomenológica sobre a historicidade do colonialismo em sua “racionalidade” ocidental expansionista.

O advento da modernidade, revestido pelo pragmatismo cartesiano, propagava-se como sendo a extensão do renascer científico na Europa ocidental. Propondo-se a uma busca pela pureza do conhecimento, os formuladores daquilo que seria fixado como “razão” se afirmavam como isentos da condução política desta, sendo um tipo de saber que se faria pelo próprio desenvolvimento da reflexão filosófica. Essa isenção, porém, é também parte do processo de dominação, intimamente relacionado ao seu contexto genético, de onde partiram as principais bases da formação das suas leis, rótulos, objetivos e preconcepções. Sua origem carrega também o endereçamento do seu poder, pois, os elementos que fazem parte das teorias dos seus principais patronos não foram elaborados por indivíduos alienados ao seu tempo ou contexto social. Não é de se admirar, por exemplo, que sejam na Holanda (com Spinoza e Descartes) e na Inglaterra (com Locke e Newton) os principais berços de incorporação da origem dessa pureza racional (QUIJANO, 2009), cujas principais características eram, conforme aponta Aníbal Quijano:

Um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a mediação, a externalização (ou objetivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a *natureza* e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção. (QUIJANO, 2009, p. 74).

As necessidades cognitivas listadas por Quijano – mesmo que não estivessem em um fluxo contínuo de alinhamento ao capitalismo emergente em sua forma bruta – deram ao período de transição do medievo para a modernidade as bases de um tipo de conhecimento que seria verificado, revisado e assiduamente criticado em prol da utilidade aos projetos expansionistas das nações que atravessavam o seu financiamento, tanto na relação direta com a expansão, como, por exemplo, no desenvolvimento extensivo de tecnologias de navegação, quanto no processo de colonização social, nas suas mais variadas formas.

Esse germe da ciência, que tão bem serviu a tais interesses, apesar/em prol das suas constantes revisões até a contemporaneidade, possui, além de raízes epistemológicas na Europa, elementos da sua própria “evolução” que ampliaram para as expectativas dos povos colonizados a sua dependência. O isolamento dos corpos, de Galileu, o *dualismo de substâncias*, de Descartes, ou as sistematizações de Bacon como pontos de partida para as ciências modernas, encontram-se no funcionamento processual de uma metodologia que atendia a demandas de

muito longo prazo (AIUB, 2006). As coordenadas de legitimação “histórica” de diversas áreas, passíveis de investimento no período em que se desenvolveram, acompanham a extensão do alcance dos domínios do capital.

Dessas perspectivas é que partem as prerrogativas de mercado como demanda de legitimação do conhecimento científico, onde os elementos a serem colonizados são colocados em uma dimensão objetiva, e os sujeitos que os alcançarão elaboram e descrevem um caminho (método) compatível, passível de testes e trilhável por qualquer outro que se proponha fazer o mesmo percurso. A exatidão como necessidade cognitiva de grandes decisões políticas, em prol da precisão demandada pelo investimento se tornando passível em descrições replicáveis, minimizaria a margem de erro de cada movimento de troca entre a matéria e o lucro requerido pelas monarquias que passariam a se aproximar do mercado já no século XVI.

Essa predisposição cartesiana dos sujeitos em relação aos seus “objetos” encontra-se na condução, por exemplo, pela disciplinarização do conhecimento científico, onde particularidades e procedimentos metodológicos específicos para cada tipo de objeto são divididos e subdivididos em recortes “especializados” pelo mesmo objetivismo. A força de permanência desse princípio gesticula-se pela objetivação tanto do ente observado quanto para o ente observador, inclusive no presente artigo, pois o mesmo, ainda que para buscar elementos de uma estrutura de dominação desse tipo de conhecimento, precisa indiscutivelmente se submeter a essa estrutura para que se legitime como valor científico.

A manutenção desse tipo de procedimento até o presente, porém, não está relacionada apenas ao seu próprio nicho acadêmico de ação. A estrutura pragmática que constitui o saber científico possui também uma materialidade geopolítica, cujo alcance extrapola os espaços designados para a sua produção. O processo de expansão dos domínios das nações europeias está, como se tentará demonstrar nessa breve reflexão, intimamente relacionado a esse tipo de conhecimento, que esteve a pleno serviço dos interesses de cooptação das populações ultramarinas ao tipo de sociedade, economia e política euro centradas.

Ao objetivado

A sincronia pela qual ocorrera, a partir do século XVI, a consolidação da estrutura de dominação europeia sobre territórios além-mar e o avanço científico sobre as novas tecnologias, representa uma conjugação predisposta pela emergência do objetivismo. Este, por sua vez, potencializou a disposição de um “conhecimento universal” das particularidades, tanto no desenvolvimento, por exemplo, das engenharias diversas, quanto na construção teórica sobre a natureza humana (LEITE, 2017).

Tal como aponta Quijano (2009), a externalização da predisposição cognitiva do observador sobre o observado fez da subjetividade um erro a ser corrigido por um mediador universal e objetivo, o método. Universal por ser admitir, pelo isolamento dos corpos, que um objeto e outro não podem ser vistos como uma coisa mesma, não sendo, portanto, passíveis de mútuo acesso, e objetivo pelo fato de atender a necessidade de, se criando um artifício de acesso, se criar também um meio acessível por qualquer indivíduo que venha a seguir o mesmo caminho, ou seja, um acesso comum e isento da contaminação subjetiva.

Para uma compreensão mais aprofundada do objetivismo como constituinte desse processo, se faz necessário um breve e justo retorno à história da filosofia ocidental, de onde se pressupõe estar a sua origem e meio disseminador. Esse retorno, pensado fenomenologicamente, se estabelece partindo do conceito husserliano de *crise*, momento de evocação que decide a sustentação existencial de pertencimento a um tempo histórico comum.

Em 1935, Edmund Husserl, sob o regime da Alemanha nazista, elaborou um ensaio no qual se propunha compreender de que forma a filosofia havia deslocado inúmeros objetos sem jamais deslocar-se da universalidade das suas tarefas (HUSSERL, 2002). Nesse ensaio, que se transformou em uma série de conferências sob o título *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, o filósofo alemão propõe que havia se estabelecido no ocidente um vício tão ingênuo de externalização metodológica, que beirava uma metafísica desmaterializada e rematerializada como uma eficiente prática de cancelamento da potencial “corrupção” da subjetividade do observador sobre o observado. Esse vício, germinado e cultivado ao longo da modernidade, seria o correlato progressivo da crise que em seus dias assolava o continente europeu.

Estes são problemas que provêm inteiramente da ingenuidade com que a ciência objectivista torna aquilo que ela designa como mundo objectivo pelo universo de todo o ser, sem com isso atentar que a subjectividade operante na ciência não pode, por direito, comparecer em nenhuma ciência objectiva. Todo aquele que foi formado científico-naturalmente acha compreensível que tudo que é simplesmente subjectivo deva ser excluído e que o método científico-natural, apresentando-se nos modos subjectivos de representação, determine objectivamente. (HUSSERL, 2006, p. 45).

Para Husserl, entretanto, esse objetivismo não se configurava como uma ingenuidade errática da filosofia moderna sobre a filosofia antiga. Antes, porém, representava uma evolução da atividade à qual se propunha o fazer filosófico como um todo. Sua proposta era a de que a ação de filosofar, originada na Grécia dos séculos VII e VI a.c, surge como a fundamentação de uma visão sobre os fenômenos e o seu estabelecimento em circunstâncias universais, o que dava ao *vir-a-ser* de seus aparecimentos um caráter particular que, porém, integrava um todo

infinitum que agregaria todos os fenômenos. Em outras palavras, o atendimento à demanda de entender a infinitude da particularidade de cada fenômeno constituía, portanto, a filosofia como exercício de reflexão teórica do universal e sua relação com o particular. Sendo assim, admitindo a filosofia grega como fio condutor da sistematização das ciências modernas do ocidente (principalmente aos seus já citados patronos Galileu e Descartes) o objetivismo seria a extrema universalização do saber do objeto em si como tarefa infinita e comum aos sujeitos.

Esse gesto do qual fala Husserl não estava, todavia, impregnado apenas dentro das universidades ou na produção científica sistematizada. No começo do século XX a abrangência desse proceder alcançava, para o autor, as regiões mais afastadas da elite intelectual, e se manifestava por meio de formas menos elaboradas, porém, análogas ao princípio de infinitude da filosofia, tais como a ideia de verdade, bens autênticos, a ideia de progresso e o próprio senso de sobreposição do “cientificamente comprovado” sobre o intuitivamente percebido.

Na presente análise, o objetivismo, como fixador da universalidade teórica, é tido como constituinte da estrutura científica e conseqüente mecanismo de dominação e exploração a serviço das necessidades cognitivas do capitalismo emergente, principalmente ao ser replicado em sistemas de produção e reprodução, que possibilitou, por exemplo, a incorporação extensiva tanto de elementos como a pólvora e a prensa, quanto do trabalho escravo e a imposição do livre comércio. Assim, essa tarefa infinita, da filosofia para as ciências modernas é, também, responsável direta pela externalização e/ou objetivação das formas dominantes de compreensão dos fenômenos, que, por conseguinte, teria demarcado os arquétipos a serem aplicados nos diferentes processos de colonização.

Entendida dessa forma, essa atitude pode facilmente ser identificada em pelo menos duas frentes de atuação no processo de exploração e dominação ocidental. Em primeiro lugar, está a sua face materializada, de onde se percebe os seus resultados mais promissores no auxílio ao capitalismo em todas as suas fases: a mecanização. Pensar em um caminho objetivo de acesso do sujeito ao objeto é pensar em um método universal de relação do humano com o mundo natural. A relação objetiva estabelecida entre um método abstrato de acesso como meio de obtenção de conhecimento (como o método fenomenológico, método cartesiano, análise de discurso, análise de conteúdo e etc.), segue o mesmo princípio e procedimento da criação de um método concreto de acesso como meio de obtenção (ou construção) de um produto material, como a construção de um tear, um motor, um oleoduto, um engenho ou qualquer outra máquina que se configure como meio de acesso objetivo e comum do sujeito ao objeto (BATTISTI, 2010). Essa seria a relação direta do objetivismo servindo o processo de dominação pelos seus

meios de produção extensiva, que multiplicava a motorização da energia para a obtenção de determinado excedente produtivo.

Essa atitude, replicada pelos chamados “empiristas”, restringia-se a conjuntos fixos mensurados pela mesma equação que determinava, ao acúmulo das experiências humanas conhecidas, o precedente para o surgimento de déspotas esclarecidos. Submetendo-se às demandas econômicas do mercado, as nações que se anteciparam na construção de impérios comerciais o fizeram por meio da exatidão, precisamente calculada, das demandas e das ofertas a serem alcançadas ou criadas. A solidez dos modelos políticos e econômicos dos séculos XVI e XVII, porém, estava prestes a ruir junto com as monarquias absolutistas por eles sustentados. Uma “superação” dos métodos ingleses de dominação se anunciava com as “emancipações” políticas das elites comerciais nas colônias.

O século XVIII representa para a filosofia – e para as ciências modernas como um todo – um ponto de inflexão epistemológica. Não atoa esse período é também conhecido como “século das luzes”. O chamado “racionalismo” francês, tomado em suas múltiplas dimensões, além de se propor em um caminho distinto de compreensão do mundo, fixava uma brecha entre a mecânica funcional da sociedade e a liberdade individual. As ilustrações performáticas de um “Cândido” (Voltaire) ou de uma “Nova Heloísa” (Rousseau), por exemplo, se distintos o são pelo resultado da reflexão sobre o conceito, convergem na objetivação da liberdade.

Pretensiosamente rompendo com a filosofia especulativa, que não teria ainda alcançado o rigor e a credibilidade “científica” que os pragmáticos pensadores ingleses, Immanuel Kant preencheu a brecha funcional para as (in)dependências que passariam a se consolidar no final do século XVIII. Com a sua *Metafísica dos costumes* (1797) alcançou ampla ressonância na expansão ocidental da universalidade humana, que fixava, como as ciências da natureza, um procedimento comum e objetivo para se compreender o funcionamento da moral, passível de replicação em qualquer parte do mundo.

Mas precisamente como deve haver princípios numa metafísica da natureza para aplicação desses princípios universais mais elevados de uma natureza em geral a objetos da experiência, uma metafísica dos costumes não pode prescindir de princípios de aplicação, e teremos amiúde que tomar como nosso objeto a natureza particular dos seres humanos, a qual é conhecida unicamente pela experiência, com a finalidade de nela mostrar o que pode ser inferido a partir de princípios morais universais. (KANT, 2003, p. 59).

Essa fixação, porém, foi construída em torno de discussões empreendidas de dentro das cortes europeias para o restante do mundo. Kant se dispôs a essa compreensão universal a partir de questões que estavam diretamente ligadas ao “método experimental”, de Isaac Newton,

aplicadas por filósofos que o antecederam. Na primeira metade do século XVIII, David Hume, buscando a compreensão do fluxo de experiências constitutivas da vida mental do ser humano, apontava para a suspensão da racionalidade e da moral como conceitos abstratos e redirecionava o comportamento humano para a imanência do conjunto sincronizado das suas ações no tempo, tal como o movimento dos astros, observado por Newton.

Quer-se conhecer os sentimentos, inclinações e modo de vida dos gregos e romanos? Estude-se bem o temperamento e as ações dos franceses e ingleses; não se estará muito enganado ao transferir para os primeiros *a maior parte* das observações feitas sobre os segundos. A humanidade é tão semelhante, em todas as épocas e lugares, que, sob esse aspecto, a história nada tem de novo ou estranho a nos oferecer. Seu principal uso é apenas revelar os princípios constantes e universais da natureza humana, mostrando os homens nas mais variadas circunstâncias e situações, e provendo-nos os materiais a partir dos quais podemos ordenar nossas observações e familiarizar-nos com os móveis normais da ação e do comportamento humano. Esses registros de guerras, intrigas, sedições e revoltas são coleções de experimentos pelos quais o político ou filósofo da moral fixa os princípios de sua ciência, do mesmo modo que o físico ou filósofo da natureza familiariza-se com a natureza das plantas, dos minerais ou de outros objetos externos, mediante os experimentos que realiza sobre eles. (HUME, 2004, p. 123).

A aproximação metodológica, da forma pela qual se buscava traduzir o “natural” humano com o meio físico, é parte integrante da consolidação das ciências modernas no ocidente e a sua consequente exportação para além-mar. Exportação não de filósofos, tampouco de meras ideias, mas de arquétipos evolutivos da moral e dos caminhos pelos quais se consolidariam trajetórias sociais que vislumbrassem as instituições, revoluções, guerras e sistemas econômicos experimentados na Europa. Afinal, a quem importava um tratado filosófico (ou seja, que seguisse o rigor lógico da razão) sobre a natureza humana se não aos domínios de uma humanidade peculiar aos franceses ou ingleses como herdeiros diretos do comportamento grego ou romano? Era justamente a essa linha progressiva que se inscreviam as reflexões naturalizantes da humanidade europeia, na qual todas as outras formas humanas a serem colonizadas seriam naturais desde que se enquadrassem aos mesmos modos que os seus respectivos dominadores.

A tarefa infinita, o objetivismo levado ao seu extremo, trouxe ao ocidente e aos seus territórios conquistados, além de meios comuns de acesso à matéria, valores comuns e universais, que englobavam toda e qualquer forma de vida humana sob as mesmas prerrogativas da racionalidade iluminista. Não é muito difícil apontar elementos práticos da ampla dominação exercida por essa face do objetivismo. No caso do próprio Kant, por exemplo, apesar das muitas releituras e das críticas à sua filosofia, é nele – em *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* – que repousa a primazia filosófica de uma necessária entidade com os

poderes extra-territoriais sobre as nações constituídas, uma prévia daquilo que viria a se tornar na segunda metade do século XX a Organização das Nações Unidas (ONU).

Por conseguinte, a Natureza utilizou uma vez mais a incompatibilidade dos homens, e até das grandes sociedades e corpos estatais que formam estas criaturas, como meio para encontrar no seu inevitável *antagonismo* um estado de tranquilidade e de segurança; isto é, por meio das guerras, do armamento excessivo e jamais afrouxado em vista das mesmas, da necessidade que, por fim, cada Estado deve por isso sentir internamente até em tempo de paz, a Natureza compele-os, primeiro, a tentativas imperfeitas e, finalmente, após muitas destruições, naufrágios e até esgotamento interno geral das suas forças, ao intento que a razão lhes podia ter inspirado, mesmo sem tantas e tão tristes experiências, a saber: sair do estado sem leis dos selvagens e ingressar numa liga de povos, onde cada Estado, inclusive o mais pequeno, poderia aguardar a sua segurança e o seu direito, não do seu próprio poder ou da própria decisão jurídica, mas apenas dessa grande federação de nações, de uma potência unificada e da decisão segundo leis da vontade unida. (KANT, 2006, p. 12).

Nesse ponto, o processo de estabelecimento do euro-centrismo alcança o potencial máximo da sua expansão e domínio, onde a força não protagonizaria os caminhos de acesso à imposição política, pois uma justificação racional de fuga da selvageria alistava todos os povos em um saber universal sobre os seus destinos. A unificação das fronteiras do mundo em uma “grande federação de nações” agia como molde de canalização do encontro entre o expansionismo (consolidada metodicamente pelos ingleses) e a defesa dos direitos ao comércio, exploração da força de trabalho e dos recursos naturais fora do território europeu. Dessa forma, medidas atravessadas no tempo como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), traduzem uma longa trajetória de enquadramento objetivo dos povos que, aos poucos, passaram a ser empurrados “cientificamente” para o perfil ideal de humanidade, a Europa.

Investigando a emergência do cientificismo naturalista como constitutivo dos domínios do seu tempo, Husserl apontava o objetivismo como causa (e consequência) de uma crise. Não por algum movimento acidental na trajetória de consolidação das reflexões universalizadas, mas sim pela própria compreensão fenomenológica de Husserl sobre a consciência interna do tempo. A ideia de presente ou passado, contrapondo-se à filosofia especulativa da história, comporia o tempo histórico como domínio retido e refletido das proto-impressões constitutivas da consciência interna de um tempo comum. Sendo assim, toda prospecção teleológica da história possuiria sua razão de ser, sendo estas as bases eleitas para o retorno de um determinado presente para a captação de um elo constitutivo do seu passado e vice-versa, daí a ideia do presente como “crise”, momento decisivo, em que o *estar-no-mundo* urgiria por um sentido que o antecederesse e o direcionasse.

A exportação, portanto, de uma historicidade sobre a construção social que tivesse origem, meio e fim no continente europeu, ou no Brasil em sua relação com a Europa, por

exemplo, agia (e continua agindo) como um amálgama entre os diferentes passados demandados pela crise de cada presente a ser refletido. O humano objetivado, em natureza e em sociedade, fixava os acessos da produção e do consumo a serem introduzidos pela colonização dos seus respectivos espaços, onde em uma jornada de alguns séculos, se consolidaria também os domínios sobre seus horizontes.

Progresso e desenvolvimento

O cisma causado nas ciências modernas pelo iluminismo possui lastro na fragmentação política arrendada pelo capital no final do século XVIII. Tal como demonstrado, os resultados dessa ruptura podem ser vistos não como uma simples mudança de paradigma estrutural de dominação eurocêntrica, mas sim, como a consolidação de prerrogativas científicas ainda não completamente legitimadas até o período. Essas prerrogativas, cunhadas pela modernidade como um tempo histórico distinto, passaram a fazer parte do cotidiano linguístico de justificativas para o avanço dos elementos estruturais que modelavam o mundo à imagem e semelhança do ocidente. São elas, basicamente, o progresso e o desenvolvimento.

A consolidação da ideia de progresso na filosofia iluminista, seja assinada por Kant, Rousseau, Hegel ou Hume, possui uma base sistematizada que antecede esses autores. Em todos, sem exceção, para justificar a realidade natural do progresso, há um amplo apelo à História como doadora de experiência coletiva e, principalmente, como laboratório de comprovação de que efetivamente o mundo pós-medieval viveria uma nova era, e que cada nova “invenção” representava um grande avanço ainda não experimentado pelos antepassados.

Segundo John Begnell Bury, em *The Idea of progress*, essa premissa comum ao iluminismo, tem como maior patrono Francis Bacon, não por acaso considerado o primeiro filósofo da modernidade (BURY, 1920). A insistência do *sempre-novismo* que percorre a maior parte dos discursos da modernidade não era apenas uma propaganda do capitalismo emergente para a formação de grandes mercados consumidores, havia uma sistematização histórico-filosófica (científica) para a constância da busca pelo agora de um futuro e que, conseqüentemente, agia a pleno serviço das necessidades de dominação cognitiva do ocidente. Para Bury, Francis Bacon disseminou pelo ocidente a ideia de que o agora vivido seria o avançado futuro do passado, o que dava ao presente a plena autoridade sobre a natureza, pois a sociedade do presente seria a legítima detentora de toda possível experiência humana, tendo, portanto maior poder sobre si e sobre os outros que não passaram pela mesma experiência de progresso.

We are really the ancients, the Greeks and Romans were younger than we, in respect to the age of the world. And as we look to an old man for greater knowledge of the world than from a young man, so we have good reason to expect far greater things from our own age than from antiquity, because in the mean time the stock of knowledge has been increased by an endless number of observations and experiments. Time is the great discoverer, and truth is the daughter of time, not of authority. (BURY, 1920, p. 30b).

Ao parafrasear a ideia de Bacon, Bury detecta o germe de ação permanente da noção de progresso legítimo que percorre a modernidade, ressaltando-se as discordâncias e rupturas apenas no método. O poder do homem sobre a natureza e sobre os outros homens – que não possuem o mesmo poder – passaria a ser compreendido como um processo natural, em que o acúmulo de um determinado tipo de experiência histórica possibilitaria a uns maior humanidade do que a outros.

O progresso, como motor de ação legítima do ocidente, além de inspirar as grandes obras da Filosofia da História, instrumentalizava também uma outra face idealista do cientificismo consolidado já no iluminismo e em função da ânsia de liberdade do seu tempo: o desenvolvimento. Esse se transformou no encaixe que preenchia a ausência de ancestralidade comum entre europeus e os povos a serem conquistados além-mar e, principalmente, a unanimidade política a ser vendida pelos colonizadores. Desenvolver-se se tornaria um alvo, cunhado por projetos econômicos que maximizassem a produção e a consequente aproximação dos modos “civilizados” de vida experimentados nas respectivas metrópoles de cada colônia. Obviamente, esse alvo estaria distanciado sempre por 10 ou 20 passos seculares do progresso europeu, justificando o acelerar da exploração para que esse abismo de desenvolvimento fosse superado.

A noção de experiência coletiva motora, explorada por Bury ao analisar a evolução da filosofia moderna, também ajuda a compreender uma outra dimensão da categoria de progresso como alavanca do desenvolvimento, que, tomando de empréstimo as reflexões de Reinhart Koselleck, pode ser chamado de espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006). Para Koselleck, a atuação da experiência como prognóstico de um futuro é uma espécie de passado atual, ou seja, um passado no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Esse passado atual se torna um espaço de experiência quando ocorre a fusão da elaboração racional com as formas inconscientes de comportamento que não necessariamente precisam estar presentes no conhecimento. A mesma presentificação ocorre ao se pensar a expectativa.

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao impessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente,

voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Nesse caso, pensar a dimensão aplicada do desenvolvimento como elemento constitutivo da ciência como mecanismo de dominação, é pensar também a sua relação direta com a auto determinação do ocidente como elo entre o passado (de já ter sido) e o futuro (de vir a ser). O desenvolvimento, portanto, seria um substrato da equação ocidental do seu espaço de experiência e horizonte de expectativa, onde um eterno novo presente estaria sempre a serviço da positividade dessa ideia.

A contribuição de Koselleck para essa reflexão, porém, não se encerra aqui. A ideia de experiência e expectativa como categorias meta-históricas, sendo aplicadas em uma conjuntura tão específica de consolidação do progresso e do desenvolvimento, dá à modernidade – e à consolidação das ciências modernas como mecanismo de dominação – o caráter de constante ampliação das distâncias entre a experiência e a expectativa. Em outras palavras, o *sempre-novismo* da modernidade teria criado nas sociedades ocidentalizadas não apenas novos meios de produção e consumo, mas, também, sempre novas expectativas e sempre novos futuros a serem alcançados.

É chegado o momento de aplicarmos nossas duas categorias à história. Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então. (KOSELLECK, 2006, p. 314).

Essas categorias aplicadas à modernidade não são meras abstrações subjetivas. O distanciamento, do qual fala Koselleck, está relacionado não ao aumento do tempo entre uma mudança e outra, e sim ao aumento visível, por quem vive em determinado presente, de uma estrutura futurística cada vez mais diferente do seu passado. Isso, pensado de forma mais prática, faz com que em um tempo cada vez menor, mais coisas pareçam estar atrasadas em relação aos seus possíveis avanços. E o desenvolvimento, por si, carece de ambos os polos, atraso e avanço, para que se torne inteligível.

Sendo assim, muito além de palco da produção de manufaturados, a Europa também se tornou o símbolo máximo de encurtamento cognitivo entre as vivências nativas de cada pedaço do mundo e os efeitos da modernidade “iluminada” pelo desenvolvimento e pelo progresso da razão em seus efeitos práticos. Todavia, a produção material e a construção da racionalidade

ocidental moderna não estão separadas. O domínio sobre as colônias dependia de ambos os processos.

A expansão ultramarina, que dependia certamente do êxito na exploração dos recursos e da força de trabalho das populações não europeias, passou a carecer também da incorporação dessas à admissão da suficiência racional de explicação universal dos fenômenos. O animismo, o espiritualismo, a adoração ao sol e outras cosmogonias de além-mar foram combatidas pelos diferentes sistemas filosóficos que circulavam pelo velho continente. Esse combate, somado à concomitante introdução nas colônias dos tratados sobre diferentes aspectos da vida social, política e econômica, silenciou gradativamente as formas não colonizadas pela grafia ocidental.

A condição escravocrata pela qual se viabilizaram os domínios coloniais, todavia, não permitia aos europeus um genocídio completo dos povos conquistados para que se apagassem essas concepções pré-coloniais. Dessa forma, a colonização dos sentidos e da espiritualidade dessas populações se fazia extremamente necessária para os interesses comerciais implícitos nesse processo. Afinal, para que se perpetuasse o fluxo interoceânico de mercadorias e matéria-prima entre o velho mundo os novos espaços conquistados, colonos e colonizados foram cooptados em seus horizontes e redistribuídos em seus espaços de experiência coletiva.

A dependência política das colônias, em relação às suas respectivas metrópoles, se fez necessária apenas até o momento em que a conquista dos sentidos herméticos da racionalidade ocidental, fundamental, por exemplo, para a manutenção do comércio com as nações europeias, estivesse amadurecida o suficiente para assegurar o trânsito das “ideias” e principalmente dos produtos que perpetuariam os domínios do capital fora do seu território de origem. Conjugados pelos diferentes processos de nacionalização territorial, inspirados (em sua maioria) pelos iluministas e convencidos de que dariam conta de negociar por conta própria com as nações europeias, os colonizadores que viviam já de algum tempo nas colônias agremiaram grandes parcelas das populações exploradas para que lutassem em prol de uma não muito bem explicada independência política, redirecionando seus horizontes de expectativa, agora como uma causa nacional, para a Europa.

Em todas as partes das Américas, a espanhola, a francesa e a inglesa, bem como na Irlanda, estes movimentos de colonizadores exigiam autonomia – nem sempre para a instauração de regimes que representassem forças economicamente mais progressistas do que a metrópole – e várias colônias britânicas obtiveram-na pacificamente durante algum tempo, como a Irlanda, ou então por meios revolucionários, como os EUA. A expansão econômica, o desenvolvimento das colônias e as tensões das reformas tentadas pelo “absolutismo iluminado” multiplicaram as oportunidades para esses conflitos nas décadas de 1770 e 1780. (HOBSBAWM, 1977, p. 40).

O desenvolvimento das sedes coloniais havia aproximado o potencial econômico regional dos moldes de progresso exportados pelas nações europeias, de tal forma, que as elites estabelecidas em domínios mais sólidos buscaram o rompimento com a hierarquia pré-estabelecida do pacto colonial. Tendo ocorrido em um período de amadurecida colonização espiritual, essas elites puderam contar com boa parte da população que exploravam para que sacrificassem suas vidas em prol da mudança das bandeiras que tremulariam sobre suas cabeças.

O acelerado progresso dos meios de produção na Europa e o desenvolvimento das suas ex-colônias mantinham seguras as estruturas que compunham a dominação ocidental. Ainda segundo Hobsbawm, a Grã-Bretanha, que teria sido mais afetada pelas independências, por exemplo, “continuou tão estável e dinâmica como sempre” (Ibidem), pois a sustentação dos seus domínios não repousava necessariamente sobre os pactos firmados com a coroa, mas sim na incorporação da produção e do consumo como necessidades implícitas ao desenvolvimento, estando este já fixado como valor inalienável e permanente.

Considerações finais

A demanda por explicações universais de aspectos particulares da vida, portanto, configurava-se como uma necessidade ativa do processo de colonização, não mais apenas dos territórios, mas, principalmente, das mentes e da relação destas com a compreensão do mundo a ser alcançado pela “civilização”. O processo de objetivação, que pela recuperação ocidental das reflexões e tarefas que se propunha sua tradição filosófica possibilitou a ampliação e aperfeiçoamento dos meios de produção econômica e intelectual, acompanhou as transformações internas do processo civilizador e pavimentou os acessos da expansão dos dominadores que reivindicavam sua herança.

Afinal, qual outra finalidade teria um “Tratado sobre o governo” ou um “Ensaio sobre o entendimento humano” (ambos de John Locke) se não o de conduzir o alcance afinado com a “razão” britânica sobre os governos e entendimentos dos povos de América, Índia ou África? Ou será, por exemplo, que a ideia de “homem como lobo do próprio homem”, de Thomas Hobbes, não servia mais a qualquer povo não europeu do que aos britânicos que compunham o seu próprio Leviatã? Qual o motivo de tanto interesse em se explicar e exemplificar um tipo de “estado de natureza” e o contrapor à evolução social do ocidente se não a necessidade de fixá-lo como legítimo dominador? Conforme avançavam os navios, e a prosperidade do trânsito comercial, sistematizações como essas ganhavam novas roupagens, novos filósofos, novos problemas e até novas críticas que lhes davam a proteção de ter sido tão racionais que apenas

outra forma de razão europeia (ou europeizada) garantia a sua revisão, independente, inclusive, do lugar onde fosse produzido.

A produção do conhecimento científico, pensada a partir de uma estrutura constituída como mecanismo de dominação eurocêntrica, não se resume apenas ao fazer científico em si, mas em sua formação histórica, seus efeitos e suas bases epistemológicas. O retorno feito por Husserl à construção dessas bases, em um movimento de *zig-zag* entre o complexo estrutural científico de legitimação do saber e sua “evolução” histórica, aponta para o objetivado como efeito de um gesto construído para tal, e traduz seu caminho como constitutivo da “crise” que impulsiona as amarras e os interesses legítimos que determinam uma História possível em cada conjuntura (MORUJÃO, 2007).

O euro-centrismo, como molde e motivo de existência das instituições de ensino e pesquisa nas nações subjugadas, agiu pela sua expansão hegemônica e domesticação das verdades que poderiam evocar afirmações de “humanidade”, “natureza”, “civilização” e etc. Não se tratando apenas de um endereçamento teórico, em uma gama de “grandes nomes” para cada área de conhecimento, como se estes fossem os baluartes responsáveis pela manutenção da dependência científica das “ex-colônias” para com as “ex-metrópoles”. Trata-se de uma correlação estrutural, cujos elementos não emergem de uma cognição típica de indivíduos europeus, mas de uma rede globalizada de legitimação de determinadas formas de conhecimento, enraizadas no objetivismo, no progresso e no desenvolvimento, tão caros ao pragmatismo de suas origens e tão dados ao favor das instituições, públicas e privadas, que encaminharam seu financiamento.

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como *naturais*, consequentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas. (QUIJANO, 2009, p. 75).

A naturalização da qual fala Quijano é fruto do longo processo de consolidação econômica da grande rede de incorporação sócio-política ocidental. Os elementos que constituem os mecanismos dessa incorporação foram enraizados no funcionamento das consciências individuais, tornando-as unidades comuns de atuação do capital, induzindo e perpetuando a produção e o consumo, por exemplo, como se fossem resultados do desenvolvimento social ou do progresso humano.

As dimensões, entre a grandeza ou proporcionalidade no volume de cada substância objetivada no processo civilizador, fixaram progressivamente os parâmetros correspondentes às suas demandas. Em função do crescimento atraído pelos padrões de desenvolvimento, o horizonte de expectativa, dos “países” em formação por esse processo, manteve-se dependente do ponto móvel de referência política, econômica e social das nações europeias. Principalmente na busca pela construção de um conhecimento legítimo, ainda que próprio de sujeitos não europeus.

Referências

AIUB, Monica. Interdisciplinaridade: da origem à atualidade. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, V. 30, n.1, p. 107-116, 2006.

BATTISTI, César Augusto. O método de análise cartesiano e o seu fundamento. *Scientiae studia*, FFLCH – USP, São Paulo, V. 8, n. 4. p. 571-596, 2010.

BURY, John Begnell. *The idea of progress, an inquiry into its origin and growth*. Temple of Earth publishing, 1920.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Trad. Maria Tereza Teixeira. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1977.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Trad. José de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. 2. ed. Trad. Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. A crise da humanidade europeia e a filosofia. In: *Europa: crise e renovação*. Universitas Olisiponensis, Phainomenon, Lisboa, p. 119-152, 2006.

KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2003.

_____. *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Trad. Artur Morão. Lisboa: LUSOSOFIAPRESS, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006.

LEITE, Aleandro Gonçalves. História e objetivismo das ciências. *Temporalidades*, Belo Horizonte, V. 9, n. 1, p. 184-195, 2017.

MORUJÃO, Carlos. Husserl e a história. *Phainomenon*, n. 14, p. 143-156, 2007. Disponível em: <http://phainomenon-journal.pt/index.php/phainomenon/article/view/134>. Acessado em: 07 mai. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Epistemologias do sul*. (CES), Coimbra: Edições Almedina, 2009.

1 Nessa análise se toma como conhecimento científico um fenômeno em sua origem, forma e epistemologia, exclusivamente ocidental, tal como o compreende Edmund Husserl (2006).

Submetido em 05 de julho de 2019.
Aprovado em 27 de novembro de 2019.